



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da 46ª Reunião Ordinária

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

Ata 46ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas

Gerais

Súmula – Síntese dos encaminhamentos

No dia nove de maio de dois mil e vinte três, após verificação de quórum em primeira chamada, às 14:26, o suplente presidente do Consec, José Oliveira Júnior, abriu a 46ª Reunião Ordinária que ocorreu de forma híbrida, presencial no BDMG e online pela plataforma teams, com a presença verificada de conselheiros aptos a votarem, conforme listagem abaixo:

Rita de Cássia Loureiro Trindade – Titular

Aryanne Ribeiro – Titular

Josiany Vieira de Souza – Titular

Darupü'üna tikuna - Titular

Thaynã Fernandes Araújo Paes – Titular

Wenderson Godoi dos Santos – Titular

Antônio Carlos Pimenta Diniz – Titular

Danilo Silva Batista – Titular

Daiany Soares Sarmento – Titular

Carola Maria Marques de Castro – Titular

Giovanna Penido Pinto Marques Paiva – Titular

Andressa Iza Gonçalves – Titular

Marcela de Queiroz Bertelli – Titular

Charles Moraes de Lima – Titular

José Ricardo Simões Silva – Titular

Emanoel Geraldo da Silva – Titular

Thiago Tomaz de Souza Chaveiro - Titular

Sula Kyriacos Mavrudis – Suplente no exercício da titularidade

José Oliveira Júnior - Suplente no exercício da titularidade

Ana Lúcia Pereira José - Suplente no exercício da titularidade

Cristiane Tolentino Machado - Suplente no exercício da titularidade

Mariana Mól Gonçalves – Suplente

Jussara Braga Santos – Suplente

João Michel Daniel Ferreira – Suplente

Jeferson Rios Domingues – Suplente

Lucas Mortimer – Suplente

Maria Agripina Neves – Suplente

Lais Terçariol Vitral - Suplente

Além dos conselheiros presentes participavam da reunião, técnicos da Secult e convidados, sendo eles: Milena Pedrosa, Secretária Adjunta, Igor Arci, Subsecretário de Cultura, Janaina Amaral Silva, Superintendente de Fomento, Bruno Hilário, FCS, Jean Sérgio Oliveira Gomes, Ilton Cesar Dias e Jade Cesario Alvim.

A reunião contava com as seguintes pautas:

- Balanço da consulta simplificada da LPG;
- Relato da comissão da LPG;
- Relato GT fomento;
- Votação parecer conselheiro Charles Moraes de Lima sobre a comunidade de Bação;
- Discussão sobre o calendário dos treinamentos para conselheiros e ativistas;
- Organização da entrega do documento da revisão do Plano Estadual de Cultura à ALMG;
- Apontamentos sobre o processo eleitoral.

O conselheiro José Júnior comunicou aos conselheiros sobre o parecer que contém documentos e anexos, com aproximadamente 260 páginas e fez referência ao sr. Mauro, o morador que irá falar sobre a demanda da comunidade do Bação;

O conselheiro Antônio Diniz solicitou a palavra e fez uma breve apresentação do sr. Mauro, em razão de ter sido quem o indicou para falar em nome da comunidade do Bação.

O subsecretário Igor Arci, de posse da palavra, fez um agradecimento a todos os presentes e explanou sobre a situação atualizada da Lei Paulo Gustavo. Explicou sobre as dúvidas relacionadas a valores de custos administrativos, sobre aplicação de marcas, no caso de editais que contemplassem verbas de estados diferentes, dentre outros critérios. Concluiu que seria necessário aguardar a regulamentação da Lei para que essas dúvidas pudessem ser esclarecidas. Comentou que no GT da Lei Paulo Gustavo muita coisa foi discutida e que nada havia sido votado. O conselheiro José Júnior reafirmou que só haveria certeza do que foi decidido após a publicação do decreto. E que houve diversas contribuições do Fórum Nacional de Secretários de Cultura e também de outras entidades.

A conselheira Andressa Iza solicitou a palavra e expôs sua dúvida: se os valores dos custos administrativos da LPG incluíam também a contratação de pareceristas. Ao que respondeu o subsecretário Igor Arci que não só pareceristas, mas também traslado, contratação de profissionais, aluguel de espaço, hotelaria e etc. A conselheira Arianne solicitou a palavra e informou que nos dias 12 e 13 estava programado um seminário relativo à LPG, em que estariam ela e o conselheiro Thaynã Paes como representantes do Consec, assim como a Superintendente Janaína e o diretor José Júnior, representando a Secult. O IA falou sobre a eleição do Fórum Estadual de Secretários de Cultura, informou que houve sua regulamentação e como ficou sua composição após a eleição. A secretária adjunta, Milena Pedrosa, solicitou a palavra e cumprimentou a todos os presentes. TP solicitou a palavra e questionou a MP sobre a reunião que havia ficado de ser marcada entre o Consec e empresas públicas com interesse em financiar projetos culturais. MP respondeu que estava em estudo a possibilidade de se fazer uma reunião mais ampla, que pudesse oferecer melhores possibilidades a todos os segmentos. TP fez um outro questionamento: sendo este relacionado às transmissões ao vivo das reuniões do Conselho. MP respondeu que seria feita uma avaliação das condições materiais da Secult para contemplar essa demanda do Conselho. DD solicitou a palavra e criticou o que chamou de “festival da burocracia criativa” sobre a questão do problema de acesso dos contadores de pequenas e médias empresas a esclarecimentos de dúvidas por parte da Secult. JS solicitou a palavra para responder a DD e informou que já estava em

estudo instrumentos que pudessem facilitar esse contato que viabilizasse a participação de contadores de empresas de qualquer porte aos mecanismos da Lei de Incentivo à Cultura. MP propôs regionalizar as reuniões para que todo o Estado seja atingido. IA complementou que foi feita uma reunião junto CRC - Conselho Regional de Contabilidade e que o conselho se dispôs a se tornar um canal de divulgação em parceria com a Secult. O conselheiro Emmano Garcia solicitou a palavra e dirigiu-se ao IA e questionou sobre a queda nos valores da LPG relativo aos Estados e qual o impacto disso em cada segmento cultural. Perguntou se havia números que pudessem dar a dimensão da redução desses valores. IA disse que a informação que ele tinha se referia a valores globais divulgados pelo MinC, mas que haveria impacto em todos os segmentos. JJ fez referência às observações da conselheira Marcela Bertelli, que fez uso da palavra e apresentou um panorama geral do segmento da música e falou da percepção relacionado a outros segmentos e sobre o processo de construção coletiva e os desafios na área cultural. MP fez uma intervenção destacando a dificuldade dessa construção coletiva, principalmente em relação aos municípios. MB complementou que as pessoas manifestaram essa dificuldade ao preencherem os formulários de pesquisa. AR falou sobre a dificuldade do setor de audiovisual para essa construção coletiva. Disse que as pessoas querem participar, mas muitas das vezes não sabem como. Jus solicitou a palavra e comentou que a cadeira fez recentemente o 1º Fórum de Dança e destacou o aprendizado que adveio desse evento. MP chamou a atenção para os dois sistemas existentes na Secult, o de Bibliotecas e o de Museus e que de como eles podem atender, através de seu modelo de funcionamento, a esse processo de construção coletiva. JJ apresentou dados do balanço de execução da LAB

Balanço consulta LPG

- Referência dos dados: até as 22h30 do dia 07/05;
- 466 contribuições; es enfrentadas na Lei Aldir Blanc
- Inserção e acompanhamento do SEI > 37,3%
- Não ter preparo para elaborar propostas > 29,2%
- Dificuldade para receber orientação da Secult > 27,9%
- Sistema de inscrição de proposta > 27,3%
- Dificuldade de entendimento dos editais > 26,6%

Perguntas gerais

A conselheira Sula Mavrudis solicitou a palavra e lembrou aos servidores e conselheiros que todas as coisas relatadas estão nos pareceres de todos os segmentos e que os responsáveis pela elaboração dos editais devem ficar atentos a todas as considerações contidas nesses pareceres para que os editais sejam mais acessíveis.

A conselheira Daru tikuna, solicitou a palavra para falar do grupo de trabalho com o IEPHA em articulação com a Deputada Célia Xacriabá que vai pensar ações de salvaguarda da cultura indígena no Estado de Minas Gerais. Esse grupo está sendo criado e hoje será definida uma pessoa do conselho para também fazer desse grupo que será formado por várias lideranças e terá duração de um ano, prorrogável por mais um ano. Falou sobre as dificuldades em relação às especificidades da cultura indígena e da necessidade de haver capacitações pois muitas vezes há grande dificuldade de comunicação em razão de instabilidade do acesso à internet. TA solicitou a palavra e falou sobre seu trabalho relacionado à cultura da oralidade em contraposição à cultura letrada, que tem que maior predominância na sociedade e que isso impacta nas comunidades que lidam mais com a lógica da oralidade. DT reafirmou a complexidade que envolve a comunicação com a cultura indígena, onde cada etnia tem sua tradução. AI solicitou a palavra e falou sobre sua experiência quando trabalhava na Prefeitura de Três Corações, onde a secretaria havia montado postos de credenciamento para dar suporte para aqueles que tinham dificuldade de acesso aos mecanismos da Lei Aldir Blanc e afirmou que a ação funcionou muito bem. JJ ao comentar sobre os dados do balanço referente à Lei Aldir Blanc disse que há referências dentro da Secult para cada cadeira do Consec. SM solicitou a palavra e argumentou que, como representante da cadeira do Circo, não conhece quem seria a referência dentro da Secult e que as demandas apresentadas pelo segmento não estavam sendo atendidas. IA afirmou que as demandas relativas à Copasa, à Cemig ainda não haviam sido agendadas em razão de mudanças internas nessas empresas que inviabilizaram o agendamento. SM solicitou que fosse formalizada essa justificativa para que ela possa apresentar ao segmento quando for

cobrada pela questão. IA se comprometeu a formalizar a justificativa e enviar à conselheira. JJ se comprometeu a enviar a todos os conselheiros os nomes das pessoas que ficaram estabelecidas como ponto focal para os diversos segmentos do Consec e informou que o decreto sairia na quinta-feira. elato Comissão LPG

Passou-se ao relato das subcomissões, JJ passou a palavra aos conselheiros para que façam um relato sobre os trabalhos das subcomissões da LPG. AR deu início ao seu relato, informou que o segmento estava indo para a sua 14ª reunião e com um desenho avançado de propostas e encaminhamentos e a próxima etapa seria a definição dos critérios. Elencou os atores envolvidos no processo de construção do trabalho. AI falou sobre os dois grupos formados pelos atores da área de Museus. Comentou sobre as dificuldades encontradas para mobilizar participantes do segmento que pudessem contribuir com as propostas. Comentou também sobre o segmento das artes visuais, que embora não fosse mais representante da cadeira, era vista como uma referência da área e foi instada por diversos interessados em participar do processo de construção de propostas para a Lei Paulo Gustavo. JJ solicitou a palavra para falar sobre a notícia recebida, do falecimento da cantora/artista Rita Lee e abriu votação para a publicação de uma moção de pesar relativa ao falecimento. A moção foi aprovada por unanimidade. TP iniciou seu relato e disse que as demandas desses diversos grupos são muito semelhantes, ou seja, dificuldades de comunicação, de acesso à informação, que já foram feitas 3 reuniões que tiveram como pauta os recursos destinados às todas essas áreas, os recursos do audiovisual e sobre as festas. MP argumentou se havia sido falado sobre o carnaval durante essas reuniões. O conselheiro respondeu que não foram feitas menções ao carnaval até o momento. Falou sobre a busca ativa que estava sendo feita para se chegar ao público interessado. Solicitou que todas as informações relativas à LPG fossem colocadas no site da Secult. A AR solicitou a palavra e reforçou a solicitação do TP relativamente à disponibilização das informações no site da Secult. Afirmou que estava sendo muito cobrada em relação a isso por municípios, trabalhadores e ativistas do setor cultural. IA afirmou que estava elaborando junto com JS, onde se fará programa e vinhetas que serão divulgadas em todo o estado pela rede minas e outros meios que possibilitem o acesso de todos os interessados na LPG. JJ comentou sobre a possibilidade que está sendo estudado de se gravar spots com conteúdo sobre a LPG para serem divulgados pela Rádio Inconfidência, que tem alcance em todo o Estado de Minas Gerais, visando atingir todos os gestores municipais. MP falou da possibilidade de se envolver a Polícia Militar de Minas Gerais nesse processo de divulgação, em razão de sua presença em todas as regiões do Estado. O conselheiro Jefferson Rios pediu a palavra e fez um relato sobre o evento Encontro de Carros antigo que ocorreu no Parque Municipal de Belo Horizonte. Destacou que o evento foi considerado o maior encontro de carros antigos do Brasil e que teve ampla repercussão, até mesmo fora do país. Argumentou de porquê outros segmentos não foram envolvidos para também fazerem parte do evento. RT solicitou a palavra e comentou sobre o evento do Parque Municipal, de que houve uma agregação de valor em razão da dimensão do evento. JR comentou sobre o ambiente de segurança que transcorreu durante o evento. A conselheira Josiany solicitou a palavra e falou sobre o importante momento em que estavam ocorrendo as discussões sobre a Lei Paulo Gustavo e falou sobre o envolvimento da população da base, principalmente da população negra. Disse que havia uma expectativa de que as próximas pesquisas sobre o ambiente cultural, resultante da aplicação da Lei Paulo Gustavo, refletisse um maior envolvimento de toda a comunidade. IA fez uso da palavra para comentar sobre a exigência da CND. Informou que consultou o MinC e que disseram que não iria ser cobrada esse documento. Explicou que espera que essa determinação esteja na regulamentação. MP determinou que seja providenciada urgentemente a nomeação do suplente da cadeira do artesanato para auxiliar a conselheira Rita. Afirmou que seria importante que houvesse uma diretoria exclusiva para contemplar o Consec. JS fez uma intervenção para explicar sobre a legislação que faz a exigência da CND. A palavra foi passada para a conselheira MB para fazer o relato do parecer e informou que há um grupo recente composto de 254 participantes e a comunicação criada nesse grupo vão para os diversos fóruns da música. Afirmou que ainda há muita desinformação no meio musical. Que as reuniões serviram para aproximar os participantes e que o segmento do audiovisual também foi convidado a participar. DD pediu a palavra e solicitou o apoio do IA para que haja um esclarecimento sobre o acesso dos diversos segmentos à Lei Paulo Gustavo, considerando que a maior fatia dos seus recursos é destinada ao setor audiovisual, para que fique claro que todos os segmentos podem fazer uso desse recurso em benefício do seu segmento. AR solicitou a palavra e disse que sempre houve uma preocupação de se levar essa percepção de que a Lei pode atender aos diversos segmentos, que é uma lei muito generosa. Na sequência, a palavra foi passada para GP que agradeceu ao AD e fez considerações sobre o processo de mobilização do setor da moda para pleitear os recursos da LPG. AD pediu a palavra e falou que participou de subcomissões de outros

segmentos, como de cultura popular e da moda e destacou o bom resultado dessas reuniões. A palavra foi passada ao conselheiro Emmano Garcia que elencou os atores que participaram das reuniões do segmento e de como eles estavam confusos em relação aos mecanismos que iriam encontrar pela frente. MB pediu a palavra e falou da importância da transparência do resultado de todo o processo. JJ lembrou que uma ideia que surgiu no segmento musical, durante a execução da LAB, foi que houvesse um edital para edição de songbook. Lembrou da dificuldade que é para a produção desse tipo de trabalho.

A reunião foi pausada para o intervalo do almoço e retornou as 13h45.

A conselheira Marcela apresentou aos conselheiros Larissa D'arc, gerente do Instituto BDMG Cultural, que fez uma explanação da natureza da organização.

SM foi convidada a fazer seu relato. Informou que o Fórum do Circo funcionou como a subcomissão do circo, representando todo o segmento. Afirmou que o fórum tem 147 pessoas inscritas, dentre os diversos segmentos. Disse que o grupo de rede social do circo é composto de 893 pessoas e elencou as demandas do segmento, que são: recuperação dos seus espetáculos, orçamento que seja possível uma nova montagem, recuperação de figurinos e cenários, compra de lona, equipamentos, manutenção de sede, aquisição de sede, infraestrutura, estrutura de escola e de projetos sociais, dentre outras demandas. Acesso mais rápido a vistoria pelo Corpo de Bombeiros. JJ lembrou que as propostas de intercessão da Secult junto à Copasa, Cemig estavam em andamento. IA lembrou que em razão de mudanças na composição de diretorias nessas empresas foi solicitado um prazo para dar respostas.

JJ informa que o conselheiro Tcharles Avner irá falar sobre o parecer da comunidade do Bação, falou sobre a moção e que a mesma não tinha um destinatário específico. TA descreveu como foi desenvolvido o parecer, cujo objetivo seria o de subsidiar a moção aprovada no ano passado, contou que obteve grande apoio da comunidade do Bação, no município de Itabirito, na elaboração do parecer, preocupada com os impactos do projeto de mineração que pode causar danos ao conjunto da comunidade. Informou que não houvesse qualquer tipo de consulta prévia à comunidade por parte da empresa interessada em fazer a atividade minerária. Após a exposição feita por TA foi feito contato com o morador Mauro, residente na comunidade, para que desse seu testemunho dos sentimentos da comunidade. A comunidade apresentou alternativas para a instalação do empreendimento. Após o relato de TA, JJ chamou a participação do sr. Mauro, arquiteto e morador da comunidade do Bação, que fez seu relato da situação na localidade. Na opinião dele a comunidade não é contra o empreendimento, que prevê a instalação de um terminal minerário, mas sim contra a possibilidade dos danos que tal empreendimento poderá causar, por estar planejado para ser instalado muito próximo de importantes edificações do centro da comunidade. AR solicitou a palavra e parabenizou TA pelo trabalho do parecer e sugeriu que fosse feita uma reunião para uma leitura coletiva do parecer para que as dúvidas fossem apresentadas e respondidas.

TA fez uma intervenção para lembrar que com a instalação de tal empreendimento a comunidade precisará rever sua vocação para o turismo, em razão de que tal atividade irá impactar negativamente nas opções turísticas da localidade. AR solicitou a palavra e parabenizou o conselheiro Tcharles pelo trabalho do parecer e colocou o Consec a disposição da comunidade do Bação. JJ cumprimentou e parabenizou o sr. Mauro e falou da importância do depoimento para o Consec. AI solicitou a palavra e falou que trabalhou com mediação no Fórum de Itabirito no Conselho Municipal de Política Cultural e sugeriu que esse Conselho fosse envolvido nessa situação da comunidade do Bação. TA disse é preciso ainda definir para onde será encaminhado o parecer. Disse que no momento há três - IEPHA, Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente de Itabirito - instituições para onde o parecer será encaminhado. AD pediu a palavra e lembrou que acompanhou o processo de votação em Itabirito em que a demanda do distrito da Bação foi acatada, mas que posteriormente houve nova votação e que um impasse foi instalado no processo. JJ recomendou que tanto a moção quanto o parecer fossem encaminhados para o legislativo municipal de Itabirito e para o legislativo estadual. E também para o prefeito.

TA concordou que o processo foi enviado para o legislativo estadual em razão de que esse tipo de empreendimento precisa de licença de órgãos estaduais e que o legislativo estadual seria um ator essencial para participar desse processo. JJ convidou a superintendente Janaina Silva, da Secult, a fazer a apresentação do novo design dos editais. JS fez a apresentação e disse que foi buscado utilizar uma linguagem que fosse de fácil entendimento por todos, que estava aberta a sugestões dos conselheiros, que foram criados modelos de declaração, que foram criados opções de otimizar o acesso a diversas páginas do documento. JS agradeceu aos membros do Conselho pelas sugestões que foram encaminhadas para que

os editais possam ter ampla e fácil aceitação. Informou que serão feitas lives no youtube da Secult para que tudo seja acessível a quem se interessar. JM solicitou a palavra para perguntar a respeito das orientações das prestações de contas, JS esclareceu que estava um documento abordando todas as dúvidas sobre prestação de contas estava em elaboração e em breve seria divulgado. MP falou sobre a expectativa de que o decreto saia até junho com o Plano Estadual de Cultura. AI solicitou a palavra e perguntou para a JS se haveria agora uma reunião com o jurídico da Secult antes do lançamento do Edital e se nessa reunião os conselheiros poderiam estar presentes. JS respondeu que, no momento, essa reunião seria apenas interna. TA solicitou a palavra e colocou sua preocupação de que os editais pudessem possibilitar que os conhecimentos das comunidades tradicionais pudessem ser apropriados para serem transformados em produtos culturais comercializáveis, pois muitas vezes o resultado de um edital não se reverte em benefícios para as comunidades da qual foram extraídos. JS argumentou que iria fazer uma “provocação” ao Consec e propor que fossem pensados critérios que pudessem garantir que haja retorno para as comunidades, que as contrapartidas possam levar isso em conta. MB solicitou a palavra para dar sugerir a leitura da Normativa do MinC que indica a obrigatoriedade de participação ativa das comunidades quando os projetos utilizam ou realizam atividades relacionadas ao patrimônio imaterial. Disse que é preciso haver critérios claros que indiquem que os proponentes dos projetos precisam trabalhar com a comunidade, com benefícios claros para os detentores dos saberes e fazeres culturais e suas comunidades, inclusive exigindo autorização expressa para execução do projeto em seu território. Jos pediu a palavra e pontuou que é importante que os membros da comunidade se sintam protagonistas nos projetos. JS terminou sua participação e se colocou disponível para receber dúvidas e sugestões nos canais institucionais da Secult. JJ informou sobre o calendário dos treinamentos, principalmente o de “busca ativa”, para gestores municipais de cultura do Estado. JM pediu a palavra e falou sobre as normativas das conferências passam pelo conselho e disse que as datas já foram definidas. JJ retomou a fala sobre os treinamentos e informou sobre o treinamento para conselheiros e ativistas da cultura. WG fez uma intervenção para lembrar que 80% do patrimônio tombado no Brasil está em Minas Gerais. O TA complementou que o maior instrumento de proteção ao patrimônio cultural está em Minas Gerais, o ICMS Cultural.

Treinamentos dos conselheiros

- Pelo menos um por regional intermediária
- Nos meses de Maio, Junho e Julho
- Sempre às quintas a noite
- Dois Treinamentos para gestores de conselho municipal, um durante o dia e outro em dia a ser definido pelos gestores municipais

JJ passou para o próximo item da pauta que é informar ao conselho sobre a realização da organização para entrega da revisão do Plano Estadual de Cultura para a ALMG. Disse que a expectativa é que a ALMG chame uma audiência pública para que o Plano seja discutido.

PEC

Art. 4º – São objetivos do Plano Estadual de Cultura:

III – promover a profissionalização das atividades artístico-culturais e o fomento à cadeia produtiva da cultura, com estratégias, ações e políticas públicas adequadas à dinâmica de cada área artístico-cultural;

IV – instituir políticas para os diferentes segmentos artístico-culturais, de modo a consolidar as ações e os programas setoriais e garantir sua continuidade por meio dos instrumentos de planejamento e das leis orçamentárias;

V – apoiar os segmentos artístico-culturais na elaboração de seus planos setoriais;

Avaliação do PEC

Art. 7º – O Plano Estadual de Cultura será avaliado no segundo, no sexto e no último ano de sua vigência (...)

§ 2º – A SEC elaborará relatório de avaliação do Plano Estadual de Cultura, que será

submetido à apreciação do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec – e da sociedade civil, mediante consulta pública.

§ 3º – Após a apreciação do relatório a que se refere o § 2º, o Consec poderá encaminhar à SEC recomendações de providências necessárias à consecução das ações previstas no Plano Estadual de Cultura, sendo-lhe facultado ainda recomendar modificações no plano

Art. 8º – O Plano Estadual de Cultura orientará a formulação dos planos plurianuais, dos orçamentos anuais e dos planos setoriais, observado o disposto no Plano Nacional de Cultura.

Avaliação do PEC

- Estabelecer priorização.
- Redefinição dos prazos das entregas.
- Incorporar de perspectivas e especificidade dos diversos segmentos.
- Planos de ação objetivos e de fácil visualização e monitoramento.
- Alinhar o PPAG da Cultura e as LOAs ao Plano Estadual de Cultura.
- Estabelecer referências visualizáveis para os municípios incorporarem.

A data prevista para entrega do documento na Assembleia é o dia 15 de junho, caso a entrega seja no formato presencial. Informou que todos os pareceres e, decretos, leis e outros documentos relacionados ao Plano Estadual serão disponibilizados no drive do Consec.

O conselheiro José Júnior passou ao último ponto da pauta que eram as considerações sobre o processo eleitoral, explicou o questionamento feito pelo conselheiro JM a respeito das eleições e passou a palavra. JM explica que fez a solicitação de controle de presenças para verificação da frequência dos reconduzidos. JJ retoma a palavra e explica que a Conselheira SM colocou na reunião que não concordava com as faltas dos suplentes quando os titulares estivessem presentes. Informa que SM pede a retirada de suas faltas por não concordar e a conselheira Jos também pede a mesma coisa e retirou sua candidatura, e JJ explica como decorreu a eleição. GP fala a respeito de serem até 5 reconduzidos e não 5 obrigatoriamente e diz não concordar com os critérios utilizados na última eleição que foram diferentes dos utilizados na 1ª eleição dos 5 reconduzidos ocorrida no Iepha e que a pauta de haver ou não reconduzidos é para ser discutida posteriormente. JR fala a respeito da sua preocupação do problema crônico das coisas serem mal feitas e pediu que fosse revista a questão dos reconduzidos serem os titulares das cadeiras no mandato seguinte e de não ter sido comunicado pela suplente de sua candidatura para recondução. AR fala a respeito da criação urgente do regramento para recondução e que houve votação para criação do regramento para a ocasião, mas que deve ser feito um regramento válido para todas as situações. Jussara explica a respeito da sua recondução, que ela se disponibilizou para a recondução e diz que não são equivalentes olhar as duas questões da mesma forma, pois foram situações diferentes e específicas e além de tudo novas, o que alerta para futuras discussões de regramento. Explica que na hora que foi colocada a questão das faltas que Josiany retirou sua candidatura, mas que foi falado que as faltas não seriam o impeditivo. Daiany fala que não havia grandes regramentos, mas o básico de 70% de presenças havia sido definido e que foi dito por JJ que Jussara havia 70% da quantidade de presença e poderia participar sim. Daiany levanta a questão de que o regramento existia, mas que ficou sem solução explícita a questão da presença dos suplentes. Carola diz a respeito de SM que foi contundente quando disse que não concordava em não poder participar da eleição de recondução e que se houve mudança após esse fato que seja feito novo processo a partir do zero para que não haja confusão e nem enfraquecimento do conselho, é preferível o atraso do que o problema permanecer para o futuro. JM fala do vício do processo com duas regras diferentes, JM concorda com CC de reiniciar o processo do início. JJ pergunta ao JM o que ele deseja que seja feito a respeito do encaminhamento do processo, JM entende que o processo está viciado pede que seja enviado ao jurídico para validade da eleição. Jus pontua que a conduta deveria ter sido feita para outros pontos, como a não residência no Estado desde o início do mandato, e coloca que o questionamento veio após a assinatura da ata. JJ falou que a assinatura era anuência com a ata e que as coisas têm lugar de serem ditas, e qualquer discordância da ata deve ser feita no momento que é colocada para análise e questionamentos. JJ afirma que a solicitação será atendida já que foi feita formalmente, JM agradece e acrescenta que solicita a anulação do processo eleitoral até o parecer jurídico. JJ informa que não tem como anular as eleições até o parecer jurídico sair, mas que a comissão será

suspensa até a solução. JA explica a respeito da ata, que é uma descrição dos ocorridos na reunião. GP explicita que o problema na recondução não é pessoal, que vê problemas desde a eleição dos 5 reconduzidos na reunião ocorrida no Iepha, pois via coisas que não concordava, mas que existe um grupo que não deixa os outros falarem. Sugere que a eleição prossiga com 4 reconduzidos. Jus coloca que quer a invalidação das suas faltas, pois tem certeza da suas presenças em reunião. JM coloca que se Jussara tiver as presenças suficientes não há o que se discutir quanto aos problemas da eleição. AD diz a respeito da assinatura da ata que não concordava com o que estava escrito na ata, e diz que não a assinaria, pois não se comprometeria com algo que não estava correto. Retirou sua recondução em uma eleição comprometida e não participaria da comissão eleitoral, JJ sugere que espere o imbróglho se resolver para decidir da saída. Jade esclarece a respeito das atas que se os nomes constam descritos no documento foram contabilizados como as presenças e que se foram assinados pelos conselheiros é o documento que existe. AR propõe uma reflexão do processo que está ocorrendo e quais as perdas que geram o atraso do processo eleitoral e que futuramente devem ser discutidas mais a fundo. DD concorda com as reflexões propostas por AR mas que as correções podem ser feitas ainda neste mandato. TP pontua que a reunião está esvaziada, que o regramento foi votado para a ocasião e não sabe se terá prorrogação de mandato ou se haverá vacância, e que isso é grave uma vez que estão chegando as leis Paulos Gustavo e LAB. CC explana que não se pode ter medo das eleições e nem do jurídico e não vê problemas em encaminhar o processo para o jurídico. JJ pontua que a solicitação que SM e Jos fizeram deveria ter sido votada no momento que foi colocado, pois assim não haveria a confusão. Ele diz que assimilou a solicitação delas e seguiu com a votação. Pontua como prosseguirá o processo da eleição depois de resolvida a questão. Jus quer esclarecer a responsabilidade do JJ, mas não sua culpa, e que também não houve questionamento por parte dos presentes na reunião. Coloca que houve erro no registro dos dados e que o jurídico não terá alcance para sanar esses erros. AD fala da sua preocupação de questionamento do processo eleitoral e a entrada de um mandado de segurança e a anulação de todo o processo.

JJ seguiu para o sorteio dos livros e AR informou do evento do Congresso da Associação do Municípios Mineiros e que haveria participação do Consec.

Vencidos todos os pontos da pauta, a 46ª Reunião Extraordinária do Consec foi encerrada, às 18h26 e está fielmente descrita nesta ata lavrada por mim, José Oliveira Júnior, suplente do presidente, assinada digitalmente e validada por todos os conselheiros presentes à ocasião.

Em tempo: informamos que os comentários não transcritos nesta Súmula se encontram registrados em gravação no site da Secult.

- (TP) Thaynã Paes
- (JR) José Ricardo
- (LV) Laís Vitral
- (DD) Daiany
- (JM) João Michel
- (AI) Andressa
- (JeR) Jefferson Rios
- (XS) Xisto Siman

- (SM) Sula Mavrudis
- (Jos) Josiany vieira
- (DB) Danilo Batista
- (WA) Wallace Armani
- (RL) Rita Loureiro
- (EG) Emmano Garcia
- (MA) Maria Agripina

(MB) Marcela Bertelli

(JA) Jade Alvim

(IA) Igor Arci

(MP) Milena Pedrosa

(JS) Janaina Silva



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Simões Silva, Usuário Externo**, em 03/07/2023, às 20:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSIANY VIEIRA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 03/07/2023, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Silva Batista, Usuário Externo**, em 03/07/2023, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Usuário Externo**, em 03/07/2023, às 22:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aryanne Ribeiro, Cidadão**, em 03/07/2023, às 22:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela de Queiroz Bertelli, Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Loureiro Trindade**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lais Terçariol Vitral**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Mól Gonçalves**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanoel Geraldo da Silva**, **Cidadão**, em 04/07/2023, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLA MARIA MARQUES DE CASTRO**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas de Avila Carvalho Fleury Mortimer**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thaynã Fernandes Araújo Paes**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Darupü'üna tikuna - Roseane Tomaz do Carmo**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giovanna Penido Pinto Marques Paiva**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES MORAES DE LIMA**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Braga Bastos**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andressa Iza Gonçalves**, **Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sula Kyriacos Mavrudis, Usuário Externo**, em 05/07/2023, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Tolentino Machado, Usuário Externo**, em 12/07/2023, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Tomaz de Souza Chaveiro, Servidor(a) Público(a)**, em 19/07/2023, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia Pereira Jose, Servidor(a) Público(a)**, em 19/07/2023, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José de Oliveira Junior, Servidor Público**, em 19/04/2024, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **68940939** e o código CRC **1CBE65A0**.

Referência: Processo nº 1410.01.0000496/2023-10

SEI nº 68940939